



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

DEPARTAMENTO JURÍDICO

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá n.º 1167 Centro – Fone/Fax: (19)3885-7700
CEP: 13.339-140 - Indaiatuba - SP

PARECER JURÍDICO 125/2019
PROTOCOLO 1844/2019
PROJETO DECRETO LEGISLATIVO Nº 20/2019

Nos termos do art. 13, XVII, da Lei Orgânica Municipal e do art. 127 do Regimento Interno (Resolução nº 44/2008), e observado o despacho de fls. 15 do Presidente, esta Procuradoria entende que não existe irregularidade que impede o recebimento do projeto de lei.

Não há ilegalidade.

O projeto não contém vício de iniciativa, sendo que trata de assunto local relacionado a concessão de Título Honorífico de Cidadão Benemérito “Dr. Caio da Costa Sampaio” concedido às personalidades naturais de Indaiatuba que concorrerem para o desenvolvimento científico, econômico, artístico, cultural ou desportivo do Município; ou concorrerem para a fundação ou manutenção de instituições julgadas de utilidade pública e que prestem serviços gratuitos a população ou que de forma inequívoca e relevante tenham contribuído para o progresso e desenvolvimento do Município no setor das ciência, educação, artes, esporte, administração indústria ou comércio (*in casu*: Sr. Sérgio Fernando Borsari), de acordo com o art. 144 §3º do Regimento Interno da Câmara e art.4º §1º da Resolução 19/2004.

O Decreto Legislativo é a espécie legislativa adequada, conforme o art. 2º da Resolução 19/2004 e o art. 144, §1º alínea “d” do Regimento Interno da Câmara.

No mais, o texto da proposição consta redigido de acordo com o art. 10 e o art. 12 da Lei Complementar nº. 95/98.

Vale notar que houve a análise da proposta de concessão do título por parte da Fundação Pró-Memória de Indaiatuba que concluiu pelo atendimento aos requisitos (Ofício 168/2019, à fl. 12 dos autos), nos termos do art. 2º, inciso IXI do Regimento Interno.

Ademais, foi juntado o *currículo vitae* e demais documentos que comprovam o merecimento da honraria, conforme determina o art. 7º da Resolução 19/2004 (fls.05/08).

15
7



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

DEPARTAMENTO JURÍDICO

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá n.º 1167 Centro – Fone/Fax: (19)3885-7700
CEP: 13.339-140 - Indaiatuba - SP

PARECER JURÍDICO 125/2019
PROTOCOLO 1844/2019
PROJETO DECRETO LEGISLATIVO Nº 20/2019

Não subsiste inconstitucionalidade.

A proposta de lei cuida de assunto de interesse local da competência legislativa do Município (art. 30, I, da Constituição da República), sem que viole dispositivo da Constituição do Estado de São Paulo.

São as razões pelas quais a Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal **entende que merece ser recebida** a presente proposição.

Indaiatuba, 02 de setembro de 2019.


Bruna Simões Peixoto

Procuradora da Câmara Municipal de Indaiatuba

15-A
L